

Brasil e Índia: uma relação especial¹

1. Introdução

Quando, em 1974, o economista brasileiro Edmar Lisboa Bacha inventou o curioso termo “Belíndia”, como uma metáfora para descrever o Brasil, onde vivia uma pequena e próspera elite desfrutando um estilo de vida simbolizado pela Bélgica juntamente com a vasta maioria da população que sofria a miséria estereotipada pela Índia, ele certamente não teve tempo para parar e pensar que uma similar Belíndia podia existir dentro da própria Índia. Isso era característico, diante da muralha divisória de incompreensão que sempre existiu entre os estudiosos de ambos os países. Para cada lado, o outro era apenas um distante lugar exótico quase no limite do mítico, não merecendo qualquer consideração séria como uma realidade viva.

Mas isso haveria de mudar logo, logo. Em 1996, a Índia convocou o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso como convidado de honra do desfile comemorativo do Dia da República, a mais importante data nacional de celebração, igual em *status* à Queda da Bastilha, na França, ou ao 4 de Julho norte-americano. E, de novo, Luiz Inácio Lula da Silva foi convidado para a mesma cerimônia em 2004. Desde 1976, a Índia tem reservado esta honra apenas a uma pequena lista de países seletos nos quais ela tem interesse especial por razões culturais ou geopolíticas. Aos olhos indianos, o Brasil pertence agora firmemente a essa lista.

Do lado brasileiro, a liderança do Partido dos Trabalhadores estava se conscientizando cada vez mais das mudanças na ordem mundial e da necessidade de afrouxar os laços históricos de dependência emocional e geopolítica das potências europeias e dos Estados Unidos e de se achegar ao mundo circundante em busca de novos aliados. Isso ficou claramente assinalado nos dois principais documentos-manifestos publicados pelo PT durante os preparativos para a eleição presidencial de 2002. O primeiro desses dois documentos,

1. Apresentado no Centro de Estudos da América Latina e Caribe (Clacs) da Universidade de Leiden em 5 de abril de 2012.

“Um outro Brasil é possível”, publicado em 4 de julho de 2001, fala claramente no “escudo protetor do neoliberalismo globalizado” que os órgãos fomentados pelos EUA, como o Banco Mundial, haviam instaurado a fim de proteger os interesses dos países ricos e a urgente necessidade de o Brasil “buscar alianças com grandes potências emergentes como a Índia, a China, a África do Sul ou a Rússia” (Instituto Cidadania, 2001). O segundo documento, “Carta ao povo brasileiro”, publicado em 22 de junho de 2002, dizia:

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento. [Partido dos Trabalhadores, 2002]

Neste trabalho, examino a natureza dos blocos construtivos capazes de delinear as partes de uma relação especial entre os dois países emergentes. Primeiramente, analiso os agrupamentos internacionais através dos quais os dois países vêm articulando sua relação. Em segundo lugar, examino a atual estrutura e o conteúdo de comércio de bens e serviços e fluxos bilaterais de investimentos externos diretos (IED) que eles mantêm não só com o resto do mundo mas também entre si. Em terceiro, enfatizo a importância da cultura como um agente aglutinador no sentido de montar um relacionamento especial. Na seção final, reúno as principais descobertas das análises neste ensaio e concluo que uma relação especial entre os dois países não apenas será benéfica para ambos, mas ajudará a construirmos uma melhor ordem mundial.

Por outro lado, enfatizo que blocos de construção, por si só, não montam uma estrutura. São necessários um arquiteto e um construtor para articulá-los do modo desejado. Este é o trabalho das lideranças políticas e dos estrategistas econômicos dos dois países. É também tarefa para a liderança intelectual e cultural dos dois lados, a fim de ajudar a reconfigurar os mapas mentais de seus povos, de modo que cada um deles veja o outro como uma realidade socialmente concreta capaz de se inter-relacionar, e não apenas como entidades exóticas e folclóricas formadas por encantadores de serpentes, santos místicos e figurantes de escolas de samba. É importante que a muralha de Bacha, tal como o Muro de Berlim, seja previamente derrubada. E recentes eventos indicam que ela está começando mesmo a ruir.

2. A Índia e o Brasil nos agrupamentos internacionais

Em termos concretos, a relação Índia-Brasil tem se desenvolvido no contexto de cinco principais grupos geoestratégicos – o G20 das grandes economias, o Ibas, os Brics, o G20 das nações em desenvolvimento e o Basic. Não restam muitas dúvidas: de que a crise econômica mundial, criada pelo colapso do mercado imobiliário americano, dito *subprime*, em 2008, forneceu o impulso principal para a emergência dos primeiros três grupos; de que a estagnada rodada de Doha foi a razão de ser do quarto grupo; e de que a conferência sobre as mudanças climáticas de Copenhague, em 2009, foi o dínamo responsável pelo último grupo. A imperativa estratégia comum, por trás de todos eles, foi a necessidade de acelerar a transição da velha ordem global, dominada pelos Estados Unidos e por alguns de seus principais aliados europeus ocidentais após a queda do Muro de Berlim, rumo a uma nova ordem na qual, pelo menos, as maiores economias que estão fora do privilegiado círculo central capitalista poderão emitir mais opiniões sobre como gerenciar os problemas globais.

2.1. Ibas

As raízes da colaboração trilateral Índia-Brasil-África do Sul para assuntos globais remonta à 29ª reunião de cúpula do G8, que teve lugar em Évian-les-Bains, na França, de 1º a 3 de junho de 2003. Além dos países do G8, também foram convidados para a cúpula os chefes de Estado dos 13 principais países em desenvolvimento, entre eles o recém-eleito presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro-ministro da Índia Atal Bihari Vajpaayee e o presidente da África do Sul Thabo Mbeki. Os três líderes interagiram nos bastidores da reunião de cúpula e decidiram tomar a decisão imediata de lançar um fórum de interligação, de ação contínua, para discutir os temas globais cujos interesses compartilhassem. Foi assim lançado formalmente o fórum de diálogo Ibas (Índia, Brasil e África do Sul), logo após uma reunião dos ministros das Relações Exteriores dos três países em Brasília, em 6 de junho de 2003. Cinco cúpulas do Ibas tiveram lugar até hoje, a última das quais de 17 a 19 de outubro de 2011 em Pretória, África do Sul.

A capacidade do Ibas de administrar uma linha independente de problemas para resolução de conflitos globais depende de como seus membros equilibrem sua própria equação bilateral, com grandes potências como os Estados Unidos e as posições que os três assumem conjuntamente. Há frequentes contradições entre uma coisa e outra. Por exemplo, em 10 de agosto de 2011, o Ibas enviou uma delegação conjunta à Síria para mediar o conflito entre governo e oposição, encorajando um diálogo entre os dois lados. A comitiva parecia contrária a qualquer intervenção externa direta e a favor de uma abordagem equilibrada em relação tanto ao governo sírio quanto à

oposição. A posição que o Ibas assumiu então foi muito próxima da assumida pela Rússia e a China (GYUSE, 2011). Contudo, apenas seis meses mais tarde, quando veio à pauta do conselho de segurança, em 4 de fevereiro de 2012, uma resolução apoiada pelos EUA condenando o governo sírio e impondo-lhe sérias sanções, a Índia votou a favor. Claramente, não quis estremecer suas relações com os EUA. Brasil e África do Sul não eram, na ocasião, membros do conselho de segurança. É impossível adivinhar como teriam votado, caso o fossem, na ocasião.

2.2. Basic

Em 28 de novembro de 2009, Brasil, África do Sul, Índia e China firmaram um acordo, em Pequim, para coordenar suas posições na vindoura conferência de Copenhague sobre mudanças climáticas, com vistas a defender as posições dos países em desenvolvimento em confronto com as dos países desenvolvidos (DASGUPTA, 2009). Foi uma ação histórica porque pela primeira vez esses quatro países se reuniram e lançaram uma frente conjunta para contrabalançar o peso geopolítico dos países desenvolvidos, particularmente Estados Unidos, Alemanha, França e Reino Unido. Aconteceu que este agrupamento ocupou o palco central na conferência de Copenhague, realizada de 7 a 18 de dezembro de 2009, e ajudou assim a prevenir um colapso total das negociações ao concordar com a minuta de um acordo com os Estados Unidos que foi “anotado”, embora não tenha sido “adotado” no fim por todos os participantes da conferência. Seja como for, ficou sendo o único documento daquela conferência capaz de fornecer uma base para que as negociações ali dentro prosseguissem.

Após Copenhague, o grupo continuou unido. As reuniões ministeriais do Basic (Basic Ministerial Meetings – BMMs) realizaram-se regularmente a cada três meses, sediadas por cada um dos quatro países em rodízio. Já houve dez dessas reuniões, tendo sido as últimas três particularmente focadas e proativas. Na oitava BMM, em Inhotim, Minas Gerais, nos dias 26 e 27 de agosto de 2011, assumiu-se a posição conjunta de que recursos públicos, e não financiamento privado, devem permanecer como a fonte principal de financiamento para as medidas a serem tomadas contra mudanças climáticas destinadas a satisfazer as obrigações de controle de emissões por parte dos países em desenvolvimento. A BMM também enfatizou que os países desenvolvidos precisam cumprir o compromisso assumido em Copenhague de angariar 30 bilhões de dólares com a máxima liquidez a fim de ajudar os países mais pobres a adotarem tecnologias apropriadas de controle às emissões de gases (SARRES, 2011). A nona BMM, que teve lugar em Beijing em 31 de outubro e 1º de novembro de 2011, enfatizou que “o Protocolo de Kyoto representa a pedra angular do regime climático, e o seu segundo período de comprometimento (de redução de emissões por parte de países desenvolvidos) representa

a prioridade essencial para o sucesso da conferência de Durban” (Third World Network, 2011). A décima BMM, realizada em Nova Délhi nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2012, assumiu uma posição conjunta de oposição à iniciativa da União Europeia de impor um imposto de carbono sobre o transporte marítimo e a aviação internacionais.

Em algumas ocasiões, entretanto, o grupo parece carecer de coesão de propósitos. Isso acontece especialmente ao lidar com a insistência americana em transformar as consultas internacionais e análise (International Consultation & Analysis – ICA) num invasivo mecanismo de verificação internacional do cumprimento dos compromissos voluntários de controle de emissões assumidos pelos países em desenvolvimento, uma pré-condição para as discussões sobre outras questões climáticas. Na conferência sobre mudanças climáticas realizada em Tianjin de 4 a 9 de outubro de 2010, a China rejeitou a ideia das ICA como “insana” e insistiu para que “o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas” entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento represente a pedra angular de todas as negociações futuras (JING, 2010). Um mês mais tarde, em 9 e 10 de novembro, a Índia organizou em Nova Délhi uma reunião ministerial sobre mecanismos de tecnologia de mudanças climáticas na qual apresentou uma proposta de ICA menos invasiva, embora ainda assim embutida no sistema multilateral de corpo subsidiário para a implementação (Subsidiary Body for Implementation – SBI) dentro da estrutura da convenção do quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima (United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC). Isso evidentemente visou a atender em parte às preocupações americanas em consideração, mas pareceu, na verdade, um afastamento da posição que os chineses haviam assumido em Tianjin. A menos que tenha condições de integrar essa iniciativa como parte de alguma “grande barganha” com os Estados Unidos da qual os quatro membros do grupo Basic se beneficiem, a Índia se arrisca a perder sua credibilidade junto aos outros três.

A conferência sobre mudanças climáticas de Tarawa, realizada em Kiribati em 12 de novembro de 2010, foi outra ocasião na qual o grupo não pareceu coadunado. A “Declaração de Ambo”, aprovada nessa conferência para dar expressão a urgentes preocupações de pequenos países-ilhas, foi endossada pelo Brasil e pela China, mas não pela Índia e pela África do Sul (FORD, 2010).

2.3. Brics

Este acrônimo representa um grupo de cinco países – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O grupo incluía originalmente apenas quatro; a África do Sul entrou em 2011. Juntos, eles compreendem 42% da população mundial, 28% do PIB mundial em valor paritário de poder de compra e 19% do produto interno bruto mundial segundo os valores das taxas cambiais

atreladas ao dólar americano. Dentro do grupo, a China engole os outros quatro em todos os três indicadores. A África do Sul é um país sem a mesma importância dos demais, e a única razão de ter sido convidada parece ser que os outros quatro queriam uma presença africana no grupo, a fim de aparentar um alcance global (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Brics: tamanhos relativos de suas economias em 2010

PAÍSES	PIB, em bilhões de US\$ (PPP)	Participação global	PIB, em bilhões de US\$ (taxa cambial)	Participação global	População	Participação global
China	10771,9	14,06	6103,1	10,33	1338	19,52
Índia	4603,3	6,01	1729	2,74	1171	17,08
Rússia	2867	3,74	1479,8	2,35	142	2,07
Brasil	2428,4	3,17	2087,9	3,31	195	2,84
África do Sul	613,5	0,8	363,7	0,58	50	0,73
Ibas	21284,1	27,77	11763,5	18,66	2896	42,25

Fonte: *World Development Report*, 2012.

A sigla Bric (sem a África do Sul), denotando as quatro grandes economias de Brasil, Rússia, Índia e China, foi criada por Jim O'Neill, economista que trabalhava para o banco de investimentos Goldman Sachs, em 2001. Ele argumentou que, ao final de 2000, o PIB combinado dos quatro países, a preços com paridade de poder de compra (PPP), era 23,3% do PIB mundial; que ao longo dos dez anos seguintes o peso daqueles países no PIB mundial iria crescer e que, portanto, “afinados com estas perspectivas, os fóruns produtores de políticas mundiais devem reorganizar-se e, em particular, o G7 deve ser reajustado a fim de incorporar representantes dos Bric” (O'NEILL, 2001, pp. S-01). A predição de O'Neill parece ter se demonstrado correta, e sua sugestão, portanto, tem mais peso hoje em dia. Em 2010, o PIB combinado dos quatro países respondia por 27,1% do PIB mundial a preços PPP. O economista também predisse que, em dez anos, mesmo em valores de taxas cambiais de PIB, a posição da China no mundo se fortaleceria consideravelmente na liga global; que a posição do Brasil seria similar à da Itália e que a posição da Rússia acabaria estagnando. Todas essas previsões mostraram-se verdadeiras. Em 2010, a posição da China era a segunda, a Índia havia sobrepujado a Rússia, e o Brasil sobrepujara a Itália. O Brasil também sobrepujou a Grã-Bretanha em 2011.

Outro estudo do grupo Goldman Sachs, publicado dois anos mais tarde, compara os perfis de crescimento projetado (medidos em dólares em valores de taxas cambiais) dos países Brics àqueles dos países do G6 até 2050. Ali, a Índia é projetada como vindo a superar a Itália em 2016, a França em

2019, o Reino Unido em 2022, a Alemanha em 2023, e o Japão em 2032. Não se espera que ela sobrepuje os EUA nesse período. O Brasil está projetado como sobrepujando a Itália em 2025, a França em 2031, o Reino Unido e a Alemanha em 2036, não conseguindo superar nem o Japão nem os EUA em momento algum antes de 2050 (WILSON *et alii*, 2003, p. 9).

O'Neill publicou uma análise ainda mais abrangente e detalhada das perspectivas dos Bric até 2050 num livro intitulado *Brics and Beyond*, de 2007, no qual essencialmente soergueu as perspectivas de crescimento da Índia e levantou dúvidas sobre a constante inclusão do Brasil nesse grupo de estrelas ascendentes. Suas novas projeções preveem que o PIB da Índia, em valores de taxas cambiais, não só ultrapassará os da Itália, França, Reino Unido, Alemanha e Japão nas datas projetadas no estudo Goldman Sachs de 2003, como também ultrapassará os EUA por volta de 2045, época em que a Índia será a segunda maior economia, logo atrás da China. Muito disso tudo resultará de inovações tecnológicas fomentando o crescimento da produtividade, sobretudo nos setores industriais e de serviços (O'NEILL, 2007, pp. 11-24).

Com relação ao Brasil, ele pergunta: "O que descarrilou o Brasil de seu caminho de altos índices de crescimento?". E a resposta a que chega é a seguinte:

Política fiscal é uma razão-chave, porque investimentos, poupanças e crescimento declinaram no Brasil. É porque o governo construiu um oneroso Estado de bem-estar social, que levou a uma bolha de gastos totais, encargos fiscais maiores e dívida pública. A liberalidade fiscal e suas ineficiências associadas se acumularam no setor privado, em última análise paralisando o crescimento (O'NEILL, 2007, p. 79).

É curioso que os três estudos Goldman Sachs predigam que, com base no PIB *per capita*, a Índia continuará sendo o mais pobre dos dez países em consideração – os quatro Bric e o G6 – mas ainda assim se tornará a protagonista do grupo em crescimento. O'Neill particularmente desaprova os gastos do Brasil com medidas de bem-estar social e redução da pobreza durante os dois governos Lula, entre 2003 e 2010. Desse modo, projeta claramente a emergência de uma ordem global na qual as disparidades crescentes entre ricos e pobres fomentará o crescimento econômico nas economias mais dominantes do mundo; e também advoga políticas que facilitem tal processo.

O'Neill também predizia que a Índia superaria o Brasil no volume do PIB segundo valores de taxas cambiais por volta de 2004. Isto não aconteceu. Em 2010, o PIB do Brasil foi, na verdade, 21% superior ao da Índia.

Passados cinco anos da publicação do primeiro estudo de O'Neill, começaram os preparativos para transformar a ideia do Bric numa realidade concreta: em 21 de agosto de 2006 os ministros das Relações Exteriores dos quatro países se reuniram em Nova York, paralelamente à 61ª assembleia geral

das Nações Unidas, para discussões preliminares sobre a matéria. Os brasileiros tomaram a iniciativa principal: levar a ideia adiante. Uma segunda reunião dos quatro ministros das Relações Exteriores teve lugar na embaixada do Brasil em Nova York para identificar problemas específicos de interesse geral, em 24 de setembro de 2007. E a isso seguiu-se uma reunião dos vice-ministros das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, em 10 e 11 de março de 2008, que preparou o terreno para a primeira assembleia formal dos quatro ministros das Relações Exteriores em Ekaterimburgo, Rússia, em 16 de maio de 2008, quando o Bric foi formalmente lançado. Em uma reunião de divulgação paralela à cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, Japão, em 9 de julho de 2008, os quatro chefes de Estado do Bric anunciaram a decisão de organizar cimeiras anuais do grupo. Preparando-se para essa nova reunião de cúpula, os ministros das Relações Exteriores do grupo se avistaram em 25 de setembro, em Nova York, e os ministros da Fazenda se reuniram mais tarde, em 7 de novembro, em São Paulo, e mais uma vez em 13 de março de 2009, em Londres.

Houve até hoje quatro reuniões de cúpula do Bric. A primeira teve lugar em 14 de junho de 2009 em Ekaterimburgo, a segunda em 15 de abril de 2010 em Brasília, a terceira em 14 de abril de 2011 em Sanya, China, e a quarta em 28 de março de 2012 em Nova Délhi, Índia. A África do Sul juntou-se ao grupo durante a cimeira de Sanya, e assim os Bric se tornaram Brics naquele ano.

A primeira reunião de cúpula teve por pano de fundo a crise global financeira deflagrada pelo colapso do mercado imobiliário americano em 2008 e a perceptível necessidade de se resguardar, no futuro, contra as ondas de choque provenientes de tais eventualidades originárias do centro. As três cúpulas acentuaram a centralidade do G20, do qual todos os Brics são países-membros, como o principal agente gestor da economia global no futuro, pressionando assim para alargar o círculo da liderança econômica global (MARCHYSHYN, 2011).

Na reunião de cúpula de Ekaterimburgo, a Rússia tomou a liderança ao enfatizar a necessidade de remover o dólar americano de seu *status* atual de moeda mundial de reserva. Sheldon Filger definiu essa posição como “uma arma apontada para o dólar americano”. Ele explica: “Lendo nas entrelinhas, os Brics culpam em grande parte os Estados Unidos pela crise global financeira e econômica e acreditam ser a prevaricação nas medidas americanas fiscais e regulatórias que vem ab-rogando o *status* até aqui não contestado do dólar americano como a moeda padrão de reserva” (FILGER, 2009). Embora Brasil e Índia possam conviver com esta posição, seria muito improvável que a China favorecesse qualquer ação radical nessa matéria: ela é a maior detentora mundial de bônus do Tesouro americano – cerca de 768 bilhões de dólares em 2009 –, e não pode estar ansiosa para deixar que essa riqueza

desvalorize em qualquer momento do futuro próximo (BUCKLEY, 2009).

A reunião de cúpula de Brasília foi particularmente rigorosa, insistindo numa “ordem mundial multipolar, equitativa e democrática” e em que as instituições de Bretton Woods “abordem seu déficit de legitimidade, que exige, primeiro e sobretudo, uma guinada substancial no poder de voto em favor das emergentes economias de mercado e dos países em desenvolvimento, a fim de tornar a participação delas na tomada de decisões em conformidade com o seu peso relativo na economia mundial” (REUTERS, 2011).

Analistas de alguns países-membros parecem ter dúvidas consideráveis sobre a importância de certos integrantes do grupo. Por exemplo, Mikhael Vinogradov, analista político russo, em comentário publicado na *Nezavisimaya Gazeta*, julgou o Brasil um elo fraco no grupo, segundo a perspectiva russa: “Se com a Índia nós temos pelo menos alguma cooperação, na esfera militar-técnica, é difícil imaginar o que possamos querer do Brasil” (citado por BUCKLEY, 2009). Da mesma maneira, Fook e Yang, dois professores acadêmicos das universidades de Singapura e Macau, respectivamente, dizem o seguinte sobre as assimetrias entre as relações bilaterais dentro do grupo: “Entre os quatro, as rivalidades entre China e Rússia e entre China e Índia são as mais pronunciadas. Poucos interesses estratégicos unem China e Brasil, exceto os benefícios mútuos derivados do comércio e de investimentos bilaterais” (2011, p. 59). Fook e Yang também parecem encarar o Brasil como meio inconsequente, do ponto de vista chinês.

Também temos duas visões opostas, de analistas brasileiros, com referência à condição da Índia no grupo. Enquanto Renato Flores Jr. (2009), professor da prestigiosa Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, vê a Índia como o mais longínquo e o menos importante do grupo da perspectiva dos interesses brasileiros, Maurício Moreira (2010), editor de um importante relatório-estudo feito pelo Banco Interamericano, identifica a Índia como “a próxima grande atração da América Latina”.

2.4. G20 de países em desenvolvimento

Durante a longa porém inconclusiva rodada de Doha das negociações da Organização Mundial do Comércio, Celso Amorim, do Brasil, e Kamal Nath, da Índia, emergiram como as figuras principais na mobilização dos países em desenvolvimento do G20 ao resistir aos esforços dos países ricos para impor sua própria agenda dominante, especialmente a insistência dos EUA em proteger seus subsídios agrícolas. Numa reunião de negociadores de comércio em Genebra, em 1º de julho de 2006, Susan Schwab, a representante do comércio dos EUA, voltou-se diretamente para o Brasil, a Índia e a China, acusando-os de serem os maiores estraga-prazeres: “Pode-se e deve-se mesmo esperar que os Brasis, as Chinas e as Índias deste mundo

participem dessa negociação, incluindo a abertura de seus mercados para beneficiar outros países em desenvolvimento”, disse ela (BEATTIE, 2006). Amorim e Nath, entretanto, se mantiveram firmes. “O ônus da liderança, neste caso particular, deve recair nos que têm mais a dar e nos que são, decerto, países mais ricos”, foi a resposta de Amorim. Nath repisou o mesmo refrão: “Estamos dispostos a negociar o comércio, mas não a subsistência ou a segurança dos meios de subsistência. Isto é fundamental – e não devíamos sequer ser instados a negociar” (citado por SINGH, 2006, pp. 5-6).

3. Que tipo de relação especial?

Relacionamentos estratégicos e duradouros entre países não podem naturalmente ser construídos fazendo política em fóruns internacionais e discursos retóricos contra a hegemonia e o domínio das forças neoimperialistas, ou algo semelhante. As partes precisam trabalhar juntas para agregar conteúdo àquele relacionamento de modo que cada lado possa ver os benefícios concretos dele derivados. Nesta seção, examinamos o estado atual do comércio em bens e serviços e fluxos de IED entre Brasil e Índia, suas capacidades e potenciais para aprofundar e ampliar, mais tarde, cada um desses importantes vínculos de um abrangente relacionamento.

3.1. O comércio Brasil-Índia de mercadorias

Historicamente, Brasil e Índia nunca foram grandes parceiros comerciais. Em 1955, o Brasil exportou 1,9 milhão de dólares em mercadorias para a Índia, mas importou desse país só o equivalente a 165 mil dólares. Tal comércio representava apenas 0,13% das exportações globais do Brasil e 0,01% das importações globais. O volume de comércio bilateral entre os dois países reduziu-se então gradualmente nos anos 1950 e início dos anos 1960, mas voltou a subir em meados da década de 1960, atingindo um volume de 26 milhões de dólares de exportação e 24,8 milhões de dólares de importações em 1976. Em seguida, caiu vertiginosamente, ao longo dos anos 1980 e início dos anos 1990. Foi só em 1994 que o volume de exportações brasileiras para a Índia cruzou a marca dos 500 milhões de dólares; quanto às importações, só em 2001. Em 1991, ambos os países tinham começado a tomar medidas sérias para dismantelar seus anteriores regimes protetores, de substituição de importações, para pôr em prática um regime comercial mais aberto e liberalizado. Tanto as exportações como as importações entre os dois países cruzaram a marca do bilhão de dólares em 2005. Em 2011, o volume de exportações brasileiras para a Índia foi de 3,2 bilhões de dólares, e o das importações, de 6,1 bilhões de dólares. Isto constituía apenas 1,25%

das exportações globais do Brasil e 2,89% das importações globais. O peso da Índia como parceiro comercial do Brasil é ainda, portanto, muito leve.

Mesmo entre os Brics, o comércio Índia-Brasil é apenas um pequeno componente do comércio Brics-Brasil. Em 2011, as exportações do Brasil para a Índia representaram só 5,5% do total de exportações brasileiras para todo o bloco; as importações representaram apenas 14,5%. Estas cifras não constituem uma boa base para a construção de uma relação especial. Contudo, também vale acentuar que a fração global de comércio indo-brasileiro aumentou muito desde 1955, ainda que a partir de uma base pequeníssima. Com relação a esses parâmetros, em 2011 as exportações brasileiras para a Índia haviam se multiplicado por dez, e as importações, por 27. Mesmo numa escala de tempo mais curta, digamos, no período 2001-11, a participação global de exportações do Brasil para a Índia aumentou 255%, e a de importações, 274%.

Ao longo do período de 1966 a 1995, o Brasil desfrutou uma balança comercial positiva com a Índia. Ela foi novamente positiva em 1999, 2002, 2003 e 2004. Mas desde 2005 a balança brasileira tem ficado consistentemente no negativo, alcançando o maior recorde negativo de todos os tempos (de 2,9 bilhões de dólares) em 2011 – o mesmo ano em que o Brasil desfrutava uma alta recorde na balança comercial, na casa de 9,3 bilhões de dólares no seu comércio global.

3.1.1. Explorando complementaridades na construção de relações comerciais mutuamente benéficas

Um estudo recente, abrangente e metucioso, conduzido em nome do Banco Interamericano de Desenvolvimento, mostra, entretanto, que os níveis atuais do comércio indo-brasileiro e outros tipos de relações bilaterais talvez não exibam os verdadeiros potenciais de imenso crescimento que existem em todas as áreas de relações econômicas e estratégicas entre os dois países. A Índia pode estar realmente a caminho de emergir como um grande parceiro econômico e estratégico não só do Brasil, mas de toda a América Latina (MOREIRA, 2010).

O que é mais significativo, do ponto de vista brasileiro e latino-americano, é que o estudo prevê que o crescimento da Índia como potência econômica, ao contrário da China, não trará uma ameaça para a América Latina, mas se dará de modo a facilitar o aprofundamento do processo de desenvolvimento e ajudar a acelerar a futura trajetória de crescimento da América Latina. Em outras palavras, a história do futuro crescimento da Índia construirá complementaridades de interesses econômicos entre os dois lados, e não buscará alijar as economias latino-americanas do espaço que elas ocupam atualmente no comércio global e nos mercados de

investimento. Isto possibilitará aos dois lados trabalhar como colaboradores e parceiros, e não como rivais. Baseado na computação de um índice de complementaridades que mede o grau da combinação de pacotes de produtos entre as exportações da América Latina e as importações da Índia, Moreira mostrou que essa coadunação vem aumentando constantemente desde 1992. A partir de 2004, a Índia superou até mesmo a China, segundo esse parâmetro (MOREIRA, 2010, pp. 60-62).

Para transformar essa vantagem estrutural em volumes cada vez maiores de comércio mutuamente benéfico para os dois lados, os governos dos países latino-americanos e da Índia precisarão, naturalmente, instaurar depressa políticas e medidas práticas adequadas. Há indícios de que isto já começou a acontecer.

Qualquer futura estratégia para construir uma relação econômica sustentável entre Brasil e Índia precisa levar em conta o fato de que o Brasil tem abundância de recursos naturais em relação ao tamanho de sua população, ao passo que a Índia possui abundância de mão de obra. Este não é um argumento favorável à adesão cega à doutrina ricardiana de vantagens comparativas, mas sim ao reconhecimento de uma realidade fundamental que deve ser avaliada dentro da arquitetura de qualquer pacote de medidas intervencionistas. Não surpreende, portanto, que se tenha estabelecido no comércio entre Índia e América Latina a ideia-padrão de que a primeira é uma exportadora líquida de bens manufaturados, enquanto a segunda é uma exportadora líquida de recursos naturais (MOREIRA, 2010, p. 62). Um recente estudo longitudinal sobre a estrutura de produção das exportações da América Latina para a Índia mostra claramente que, ao longo de um período de 12 anos, de 1995 a 2007, tanto o volume como a porcentagem de *commodities* de bases agrícolas e minerais aumentaram significativamente, enquanto os de bens manufaturados decaíram significativamente (NOGUEIRA & NASSAR, 2007).

Conforme visto nos Quadros 2.1 e 2.2, as participações na exportação de bens manufaturados de Brasil e Índia, tanto no mercado americano como nos mercados mundiais, são extremamente pequenas, ou seja, inferiores a 1%. Contudo, nos limites desta pequena base estatística, a Índia parece ter uma presença muito mais forte que a do Brasil, tanto nos EUA como nos demais mercados mundiais. No período 1996-8, ela também aumentou substancialmente o nível de penetração naqueles mercados numa proporção muito maior do que o Brasil.

Com vistas a ganhar novas perspectivas nesse processo, Moreira decom pôs as cifras agregadas de exportações manufaturadas em quatro subcategorias: tecnologias alta, média e baixa e recursos baseados em exportações de manufaturas. Nas subcategorias de alta e média tecnologias, o Brasil parece deter clara vantagem relativa sobre a Índia em ambos os mercados – vantagem

que, de resto, também tinha sustentado ao longo do período. A partir de 2000, entretanto, a Índia vem rapidamente diminuindo a lacuna da subcategoria de alta tecnologia, e em 2008 os níveis de penetração dos dois países ficaram quase nivelados nessa subcategoria. Na subcategoria de média tecnologia, a Índia não tem presença no mercado americano, enquanto o Brasil, sim, detém uma pequena presença ali. No mercado mundial, a participação da Índia nessa subcategoria é muito inferior à do Brasil, mas as participações de ambos os países nele têm crescido regularmente.

Na subcategoria baseada em recursos, o Brasil tem uma forte vantagem relativa sobre a Índia no mercado americano, e a lacuna entre os dois países vem aumentando com o passar dos anos. Mas não só a Índia parece ter tido uma relativa vantagem sobre o Brasil nesta subcategoria no mercado mundial a partir de 1998 como também a lacuna vem se alargando regularmente desde então. Em vista dos patrimônios relativos de recursos dos dois países, isso parece ser claramente contraintuitivo. É somente na subcategoria de baixa tecnologia que a Índia parece desfrutar uma vantagem substancial em modo sustentado sobre o Brasil, em ambos os mercados.

Incluí as cifras de China e México nos quadros seguintes para assinalar dois importantes pontos de referência. A China é a principal rival da Índia na Ásia e uma potência rapidamente emergente, o que parece desafiar a atual configuração da ordem global centrada nos EUA. Analogamente, a presença do México no Nafta e o maior acesso ao mercado americano que isso lhe dá em relação ao resto da América Latina representam um desafio para os setores brasileiros de decisão no sentido de elaborarem uma estratégia comercial global daquele país. Fica claro, nos Quadros 2.1 e 2.2, que a China e o México estão muito à frente tanto do Brasil como da Índia quanto à penetração de suas exportações de bens manufaturados nos mercados mundial e americano. A China aumentou substancialmente sua presença nesses dois mercados, na categoria das exportações, durante o período 1996-2008. O México havia aumentado marginalmente sua fração de mercado de 1996 a 2001, mas a partir daí ela começou a decair, alcançando em 2008 as velhas posições de 1996.

Quadro 2.1 – Cotas de exportação de bens manufaturados do Brasil, Índia, China e México no mercado americano

PRODUTO	Brasil	Índia	China	México
Todos os produtos manufaturados em 1996	1	0,9	7,5	0,9
Todos os produtos manufaturados em 2008	1,2	1,7	22,3	9,5
Produtos de alta tecnologia manufaturados em 1996	0,3	0,1	0	5,5
Produtos de média tecnologia manufaturados em 1996	0,9	0	4	12,5
Produtos de baixa tecnologia manufaturados em 1996	1,9	2,2	23	5,5
Produtos de alta tecnologia manufaturados em 2008	0,8	0,6	27,5	9
Produtos de média tecnologia manufaturados em 2008	1,4	0	9,5	15
Produtos de baixa tecnologia manufaturados em 2008	1,5	2,9	42,5	4,5
Produtos manufaturados baseados em recursos em 1996	2,7	2,1	1	4,3
Produtos manufaturados baseados em recursos em 2008	2,8	2,1	4,5	4,8

Compilado por este autor a partir dos dados apresentados em MOREIRA, 2010, pp. 116-19.

Quadro 2.2 – Cotas de exportação de bens manufaturados de Brasil, Índia, China e México no mercado mundial em 2008

CATEGORIAS DE PRODUTOS	Brasil	Índia	China	México
Todos os produtos manufaturados em 1996	0,65	0,66	5,5	2
Todos os produtos manufaturados em 2008	0,8	1	15	2,2
Produtos de alta tecnologia manufaturados em 1996	0,1	6	4,2	1,5
Produtos de média tecnologia manufaturados em 1996	0,6	0,2	2,4	2,2
Produtos de baixa tecnologia manufaturados em 1996	0,7	1,7	17	0,8
Produtos de alta tecnologia manufaturados em 2008	0,4	0,38	19,2	2,5
Produtos de média tecnologia manufaturados em 2008	0,85	0,5	8	2,4
Produtos de baixa tecnologia manufaturados em 2008	0,7	2,2	28,5	0,8
Produtos manufaturados baseados em recursos em 1996	1,4	1,1	2,05	0,4
Produtos manufaturados baseados em recursos em 2008	1,45	2,2	4,3	0,5

Compilado por este autor a partir de dados apresentados por MOREIRA, 2010, pp. 116-19.

Moreira (2010, pp. 121-29) também examinou se e até que ponto as exportações chinesas e indianas para os EUA têm chance de afetar diretamente as exportações da América Latina e do Caribe para aquele mercado e, assim, ocasionar perdas nos lucros com as exportações. Com base em uma detalhada análise estatística, tomando itens exportados num grau de desagregação de cinco dígitos, ele descobriu que, do período 1996-97 ao período 2007-08, as exportações chinesas podem ter imposto perdas de até 27 bilhões de dólares, ou 18% do lucro com exportações para a América Latina e o Caribe como um todo, enquanto as perdas correspondentes acumuladas pelas exportações indianas para o mesmo mercado não podem ter sido maiores do que 1,4 bilhão de dólares, ou 0,4% do total. Dessas perdas, menos de 10% foi acumulado no grupo de cinco países que inclui o Chile e os quatro países do Mercosul. Moreira também descobriu que, dos 43 setores de exportação do comércio Mercosul+Chile com os EUA, examinados em nível de cinco dígitos, as exportações da China para os EUA afetaram negativamente todos os setores em vários graus de severidade, ao passo que as exportações da Índia afetaram apenas um setor (seda, incluindo aí fios e tecidos) num grau de severidade moderado (perda de 12% dos ganhos) e afetaram outros nove setores em graus de severidade muito tênues (0,5% a 9% de perdas). Estas conclusões parecem mostrar que todo rápido aumento econômico da Índia não representa, pois, qualquer ameaça à América Latina, ao Caribe e ao Brasil, mas um aumento econômico constante da China representa, sim, com certeza.

3.1.2. Quais lições estratégicas podem ser extraídas dos recentes dados do comércio?

Este ponto fica ainda mais claro se examinarmos o pacote atual de produtos que entram no comércio bilateral Brasil-Índia (ver Quadro 3).

Quadro 3 – Comércio bilateral Brasil-Índia de mercadorias em 2010-11 (em milhões de dólares)

PRODUTOS	Exportações do Brasil para a Índia	Exportações da Índia para o Brasil	% de exportações do Brasil para a Índia	% de exportações da Índia para o Brasil
Gorduras e óleos animais ou vegetais (sobretudo óleo de soja e outros produtos à base de soja)	115	6	3,24	0,15
Açúcar e confeitaria	442	10	12,45	0,25
Demais produtos de pecuária e de base agrícola	53	44	1,49	1,11
Minérios, hulha e cinza	439	0	12,37	0
Pérolas naturais ou trabalhadas, pedras semipreciosas, metais preciosos e joalheria	18	2	0,51	0,05
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos derivados	1.734	1.972	48,86	49,67
Produtos químicos, extratos tanantes ou tinturas de origem vegetal, essências e óleos resinoides, produtos de toalete e de perfumaria	169	576	4,76	14,48
Produtos farmacêuticos	20	95	0,56	2,39
Madeira, papel, polpa e produtos derivados	37	10	1,14	0,25
Fibras, têxteis e vestuário naturais ou artificiais	8	565	0,23	14,24
Produtos cerâmicos, vidro e artigos de vidro	3	20	0,08	0,5
Ferro, aço, produtos de ferro e aço	282	159	7,95	4,01
Outros metais e produtos derivados	10	21	0,28	0,53
Ferramentas e maquinaria (exceto máquinas elétricas e de transporte)	110	241	3,10	6,07
Maquinaria elétrica e de transporte	63	238	1,78	6
Miscelânea, inclusive produtos científicos	46	11	1,30	0,28
Total	3.549	3.970	100	100

Fonte: Departamento do Comércio, governo da Índia (2012).

A categoria “combustíveis minerais, óleos minerais e produtos derivados” respondeu por quase metade tanto das importações quanto das exportações entre os dois países em 2010-11. Mas, dentro desta categoria, houve uma diferença significativa entre as exportações brasileiras e as indianas. O que o Brasil exportou para a Índia foi óleo bruto, ao passo que as exportações da Índia para o Brasil foram de óleo diesel, que naturalmente é um produto de maior valor agregado. O óleo diesel foi avaliado em 681,65 dólares por tonelada métrica, ao passo que o óleo bruto foi avaliado em meros 281,28 dólares por tonelada métrica. Outros 30,1% das exportações do Brasil para a Índia compreenderam matérias-primas primárias, como cobre e minério de ferro, e produtos de base agrícola, como óleo de soja e açúcar. As exportações da Índia para o Brasil nesta categoria representaram apenas 1,6% do total. Os produtos manufaturados, excluído o óleo diesel, compreenderam 48,8% das exportações da Índia para o Brasil, mas apenas 21,2% das exportações do Brasil para a Índia. Dentro da ampla categoria de produtos

manufaturados, a Índia parece ter fortes vantagens relativas em produtos químicos, farmacêuticos, têxteis e vestuário, produtos de cerâmica, vidro e vitrificados e todas as categorias de maquinário. As vantagens relativas do Brasil se referem a produtos à base de madeira, ferro e aço e à miscelânea de produtos.

No campo da fabricação contratual de produtos farmacêuticos, particularmente remédios genéricos, a Índia está agora no nível da liga mundial. Das dez principais empresas nesta área, duas empresas indianas, a Piramal Healthcare e a Jubilant Life Sciences, estavam em quinto e sexto lugares, respectivamente. Atualmente, o Brasil importa o grosso de suas necessidades farmacêuticas de empresas dos Estados Unidos e da Europa ocidental. Essas empresas, entretanto, estão cada vez mais terceirizando a fabricação de seus produtos de marca junto a empresas indianas. Uma colaboração direta entre a Índia e o Brasil nesta área, nas formas de pesquisa e desenvolvimento em conjunto, comércio de serviços de pesquisa e fluxos bidirecionais de IED, poderá ser de imenso benefício para ambos os países.

Outra área de comércio internacional na qual a Índia se firmou como um importante vínculo intermediário compreende diamantes, metais, pedras preciosas e semipreciosas e joias dali extraídas. Grande parte dos diamantes do mundo vem da África do Sul, Botsuana e Rússia, mas é vendida em joalherias (combinada com pedras e metais preciosos) nos países ricos. A atual posição da Índia nesse comércio fica no elo inferior da cadeia global de agregação de valor. Em 2010-11, a Índia importou 33,6 bilhões de dólares em diamantes de todo o mundo. Apenas 1,5% foi importado diretamente da África do Sul, Botsuana e Rússia. Boa parte do restante veio de outros países intermediários, como Emirados Árabes Unidos, Bélgica, Hong Kong, Israel e Suíça, onde as maiores empresas de diamantes do mundo baseiam as suas operações. No mesmo ano, a Índia exportou 25,8 bilhões de dólares em diamantes cortados e lapidados e 8,9 bilhões de dólares em joalheria, quase tudo para os mesmos países intermediários e para os países ricos. Muitos dos recursos brasileiros em diamantes são também possuídos e operados atualmente por empresas estrangeiras, como a Canadian Vaaldiam Resources. O Brasil possui enormes reservas de diamante, ouro e pedras preciosas, mas cortá-los, processá-los e usá-los em joalheria são trabalhos extremamente laboriosos que exigem considerável habilidade. A Índia tem uma enorme vantagem, tanto no custo da mão de obra quanto no imenso reservatório de habilidades comprovadas nessa área.

Falta de visão: eis a única razão pela qual Brasil e Índia não poderiam dar-se as mãos, assumir uma grande fatia daquele lucrativo comércio e contornar os vínculos ora controlados por empresas como De Beers, H. Stern e Vaaldium e também pelos países intermediários. Os níveis atuais

de comércio nesta categoria de produtos entre os dois países traduz assim uma enorme subutilização do potencial não só de expandir rapidamente o volume desse comércio, mas também de promovê-lo até níveis mais altos na cadeia global de agregamento de valor.

4. Investimentos externos diretos

Como Sauvant acentuou num recente trabalho, o IED se tornou muito mais importante que o comércio na interação global de relações comerciais. Até os anos 1970, ou mesmo até os anos 1980, o IED, isto é, a atração de investimentos vindos de países estrangeiros (IED entrante) ou o investimento em países estrangeiros (IED que sai), especialmente o último, permanecia preservado quase exclusivamente pelos países centrais do capitalismo global, sobretudo pelos Estados Unidos, pelas maiores economias da Europa ocidental e pelo Japão. Foi só no final da década de 1980 que alguns dos países em desenvolvimento começaram a adentrar esse novo espaço econômico, embora numa escala minimamente significativa. Importantes entre eles foram os quatro países Brics (WILSON *et alii*, 2004). Os desempenhos no interior deste seletivo grupo eram também muito desiguais. Por exemplo: “Enquanto a China tem feito grandes progressos para se tornar a oficina do mundo, a Índia está começando a se tornar o escritório do mundo” (SAUVANT, 2005, p. 639). Esta parte do trabalho enfoca sobretudo o Brasil e a Índia.

4.1. Forças relativas em IED

Atraindo IED, o Brasil tem se saído bem melhor que a Índia. Em 1991, o Brasil atraiu mais de 1 bilhão de dólares em IED; a Índia, apenas 155 milhões de dólares, ou seja, sete vezes menos. Em 2000, essa proporção aumentou ainda mais, para catorze vezes. Embora, a partir de então, a lacuna tenha começado a se reduzir, de 2005 em diante o Brasil atraiu, a cada ano, duas vezes mais IED que a Índia.

Quadro 4 – Investimento externo direto: Brasil, Índia e China
(em milhões de dólares)

IED	Brasil	Índia	China
Influxos de IED, 1991	1,103	155	4,907
Influxos de IED, 2000	32,779	2,319	102,71
Influxos de IED, 2005	15,066	7,622	107,271
Influxos de IED, 2010	48,438	24,64	177,197
Escoamentos de IED, 1991	1,014	-11	3,738
Escoamentos de IED, 2000	2,282	336	60,291
Escoamentos de IED, 2005	2,517	2,985	39,459
Escoamentos de IED, 2010	11,519	14,626	82,608
Entrada de Estoque de IED, 1990	37,143	1,657	225,153
Entrada de Estoque de IED, 2000	122,25	16,339	651,618
Entrada de Estoque de IED, 2005	201,183	45,274	855,577
Entrada de Estoque de IED, 2010	472,579	197,939	1691,069
Saída de Estoque de IED, 1990	41,044	124	16,375
Saída de Estoque de IED, 2000	51,946	1,733	416,15
Saída de Estoque de IED, 2005	71,556	9,57	517,24
Saída de Estoque de IED, 2010	189,949	92,407	1246,094

Fontes: UNCTAD (2011 e anos precedentes), World Investment Report (2010).

Em 1990, o Brasil já havia acumulado uma entrada de estoque de IED de 37 bilhões de dólares, ao passo que o estoque da Índia, naquele ano, foi de apenas 1,7 bilhão de dólares. Em 2010, o estoque brasileiro era de 473 bilhões de dólares; o da Índia, de 198 bilhões de dólares. A lacuna entre os dois países quanto a seus respectivos estoques de IED, embora ainda muito grande, vem se estreitando nos últimos anos. Em 1990, o estoque do Brasil era 22 vezes de da Índia. Em 2000, 7,5 vezes; em 2005, 4,5 vezes, e em 2010, apenas o dobro.

As firmas brasileiras começaram a efetuar investimentos transnacionais muito antes da Índia. Na segunda metade dos anos 1980, o Brasil já investia 288 milhões de dólares por ano, em média, além das fronteiras; a cifra da Índia era de apenas 6 milhões de dólares. O Brasil já havia cruzado a marca do bilhão de dólares em investimentos externos muito antes, em 1991; a Índia só atingiu esse número em 2002. Em 2003, a Índia superou o Brasil em investimento externo, e em 2010 seu fluxo de investimento externo já era 27% mais alto que o do Brasil. O estoque brasileiro de investimentos no exterior, em 2010, era ainda mais de duas vezes superior ao da Índia. Mas a diferença proporcional vem decrescendo, de 331 vezes, em 1990, para

trinta vezes em 2000 e para 7,5 vezes em 2005. O Quadro 4 fornece algumas das informações-chave sobre três empresas transnacionais brasileiras e sete indianas, as quais vêm operando significativos investimentos transnacionais.

Quadro 5 – Empresas transnacionais (ETs) do Brasil entre as 100 maiores ET de países em desenvolvimento

EMPRESAS	Linha de negócio	Patrimônio (US\$ milhões)		Aplicação (000)		ITN (índice de transnacionalidade)
		Externo	Total	Externa	Total	
Vale S.A.	Mineração	38,848	102,279	13,208	60,036	48,2
Petrobras	Petróleo e gás	14,914	200,27	7,967	76,919	14,2
Gerdau S.A.	Metais	13,926	25,617	17,56	38,161	51,2
Total		67,688	328,166	38,735	175,116	

Fontes: UNCTAD (2010), *World Investment Report* (2010).

Quadro 6 – ETs da Índia entre as 100 maiores ETs de países em desenvolvimento

EMPRESAS	Linha de negócio	Patrimônio (US\$ milhões)		Aplicação (000)		ITN
		Externo	Total	Externa	Total	
Tata Steel	Aço	15,606	24,419	47,169	81,269	65,2
Tata Motors	Automotivo	11,297	20,231	17,728	49,856	50,1
ONGC	Petróleo e gás	10,447	37,223	3,896	32,826	17,8
Hindalco	Alumínio	9,372	15,406	11,886	19,539	66
Suzlon Energy	Diversificada	4,648	6,499	3,481	9,298	74,4
TCS	Outros serviços	4,36	6,109	10,4	160,429	56,2
Reliance Communications	Telecom	4,256	20,766	6,348	30,97	20,9
Total		59,986	130,653	100,908	384,187	

Fontes: UNCTAD (2010), *World Investment Report* (2010).

4.2. Fluxos de IED entre Brasil e Índia

Os fluxos bilaterais de IED entre Brasil e Índia ainda se encontram na infância. Modestos começos têm sido feitos, entretanto, nos últimos anos.

Todas as três empresas brasileiras que aparecem nas listas das 100 ETs dos países em desenvolvimento estabeleceram uma presença comercial na Índia. A brasileira Vale, atualmente a maior companhia mineradora do mundo, abriu recentemente um escritório em Nova Délhi e está buscando oportunidades de contratos de exploração mineral na Índia. A Petrobras assinou um contrato de colaboração conjunta com a Comissão de Petróleo e Gás Natural da Índia para explorar petróleo e gás na costa leste indiana. A Corus Tubes, subsidiária de propriedade integral da Tata Steel sediada

no Reino Unido, ganhou um contrato da Petrobras em 2009 para fornecer dutos com diâmetro de 46 centímetros e espessura de 13 centímetros e montar um gasoduto de 138 quilômetros de extensão a fim de bombear gás desde a plataforma de Mexilhão, no Campo Tupi da bacia de Santos, até o porto de Angra dos Reis. O contrato incluiu o fornecimento e a montagem de dutos até 2.200 metros abaixo da superfície oceânica, perfil de pré-sal, e também o fornecimento de suporte técnico e gestão de logística (Tata Steel, 2009). O grupo Gerdau lançou uma *joint venture* com o grupo Kalyani, da Índia, investindo 71 milhões de dólares na aquisição de 45% do patrimônio de uma fábrica de aço em Tadipatri, no distrito de Anantapur, em Andhra Pradesh, Índia (Gerdau Media Center, 2007).

Ao adquirir a empresa siderúrgica anglo-holandesa Corus, em janeiro de 2007, numa transação de 11,3 bilhões de dólares, a Tata Steel derrotou um lance rival licitado pela Companhia Siderúrgica Nacional, do Brasil. Em 2007, a Hindalco, carro-chefe do grupo indiano Aditya Birla, adquiriu a Novelis Inc., líder mundial, baseada nos EUA, de produtos laminados de alumínio. Mediante esta aquisição, ela também se tornou a proprietária da Novelis do Brasil, que fabrica latas de bebidas e as armazena em seu complexo integrado de laminagem e reciclagem de alumínio, em Pindamonhangaba, estado de São Paulo. A empresa consolidou assim uma forte presença comercial no país e anunciou, em junho de 2010, um plano de expansão daquelas instalações no montante de 15 milhões de dólares.

Outra forte presença indiana no Brasil no setor siderúrgico é a ArcelorMittal Brasil, sediada em Belo Horizonte (MG), que tem fábricas integradas em Osasco (SP), Juiz de Fora (MG), Feira de Santana (BA), Vega do Sul (SC) e Cariacica e Tubarão (ES). É a maior siderúrgica da América Latina. A ArcelorMittal existe desde junho de 2006, ou seja, desde a aquisição da siderúrgica francesa Arcelor pela Mittal Steel, sediada em Luxemburgo mas de propriedade do industrial indiano expatriado Lakshmi Mittal. A aquisição da Arcelor Brasil pela ArcelorMittal foi concluída em setembro de 2007.

Em maio de 2006, a Tata Motors, da Índia, e a Marcopolo, brasileira, líder global de construção de carrocerias para ônibus, anunciaram uma *joint venture* de 51%-49%: a Tata Marcopolo Motors, destinada a produzir ônibus totalmente construídos numa nova fábrica de Dharwar, estado de Karnataka, Índia. Isso envolveu um investimento conjunto de 50 milhões e 75 milhões de dólares por parte das duas empresas. A Tata Motors também estuda a possibilidade de abrir uma fábrica no Brasil para produzir seus carros Nano e vendê-los na América Latina. Após a aquisição da Jaguar Land Rover da Ford, em junho de 2008, numa transação de 2,3 bilhões de dólares, a Tata Motors emergiu como um ator em nível global na fabricação de automóveis; e é provável, portanto, que expanda ainda mais sua presença na América Latina.

Em março de 2008, a ONGC Videsh Ltd (OVL), uma subsidiária da ONGC para investimentos transnacionais no campo de exploração de petróleo e gás, firmou um acordo de concessão com a Agência Nacional do Petróleo brasileira para dois blocos *offshore* com 100% de interesse participativo, um bloco de águas profundas na bacia do Espírito Santo e um bloco de águas superficiais na bacia de Santos. A OVL também tem atividades significativas de exploração em três outros países na América Latina, a saber, Venezuela, Colômbia e Cuba, e está operando 33 projetos em 15 países em todo o mundo, nove dos quais, incluindo o bloco BC-10 no Brasil, já estão produzindo petróleo. Em 2009-10, a produção de óleo bruto da OVL desde o BC-10 foi de 192 mil toneladas métricas, e subiu para 573 mil toneladas métricas em 2010-11. No âmbito mundial, a OVL produziu 6,5 bilhões de toneladas métricas de petróleo em 2009-10 e 6,8 bilhões de toneladas métricas de petróleo em 2010-11 a partir de seus dez projetos transnacionais espalhados por oito países (ONGC Videsh, 2011, pp. 4-10).

Em comparação com a Índia e o Brasil, a China se situa num patamar diferente. Em 2010, ela atraiu sete vezes mais IED do que a Índia e 3,5 vezes mais que o Brasil. Naquele ano, seu estoque de investimentos em países estrangeiros era 13,5 vezes maior que o da Índia e 6,5 vezes maior que o do Brasil (Unido, 2011 e vários anos precedentes).

5. Comércio e IED em serviços

Em função de sua própria natureza, os fluxos transnacionais de serviços de IED tendem frequentemente a se entrelaçar. É hoje amplamente reconhecido que o comércio internacional de serviços tem lugar de quatro modos: (i) comércio transnacional em serviços, análogo ao comércio de mercadorias; (ii) comércio de consumo, isto é, movimentos transnacionais de turistas e estudantes; (iii) presença comercial; e (iv) movimento transnacional de produtores (GOSWAMI *et alli*, 2012, p. 26). No terceiro e no quarto, o comércio e o IED frequentemente se tornaram indistinguíveis. Às vezes eles coexistem na mesma transação; em outras ocasiões, movem-se, um e outro, sequencialmente. O primeiro modo pode também se tornar um dinamismo para o terceiro e o quarto modos num estágio posterior e mais maduro de relações econômicas entre dois países.

No presente momento, há muito pouco comércio bilateral de serviços entre Brasil e Índia. Em ambos os casos, assim como em grande parte do resto do mundo em desenvolvimento, o grosso do comércio de serviços sempre teve lugar e continua a ter com os países desenvolvidos. Só nos últimos anos é que um pequeno número de países em desenvolvimento começou a abrir incursões em tradicionais redutos de países desenvolvidos. Em 1990, a participação

dos países em desenvolvimento na exportação global de serviços foi de apenas 11%. Isso aumentou para 21% em 2008 (GOSWAMI *et alli*, 2012, p. 25).

Resta pouca dúvida de que foi só depois de as políticas de liberalização, tanto no Brasil como na Índia, começarem a ser implementadas de modo sério, a partir de 1991, que a expansão e a consolidação do setor de serviços nos dois países começou (GOSWAMI, 2012, pp. 81-82; MARCONINI, 2012, pp. 270-72). O fator que particularmente ajudou a aprofundar as capacidades endógenas do desenvolvimento sustentável nos dois países foi a rápida expansão do que Eischengreen e Gupta (2010) chamaram de Grupo 3 ou serviços modernos, isto é: serviços financeiros; comunicação; serviços de tecnologia de informática e da informação (ciência da computação, CC); serviços profissionais e técnicos e sua integração com os processos produtivos em todos os setores da economia. Foi essa infusão de serviços intensivos em tecnologia nas estruturas produtivas domésticas dos dois países que construiu as fundações para significativos níveis de exportação de serviços dos dois países a partir do final da década de 1990.

5.1. Diferentes móveis

Como Marconini observou, enquanto a abertura pós-1991 das economias e da infusão tecnológica eram os fatores possibilitantes comuns por trás do aumento de exportações de serviços dos dois países, os motores específicos e seu sequenciamento eram muito diferentes. No Brasil, “o investimento externo direto pavimentou o caminho para a exportação transnacional no setor de serviços de *software*” (2012, p. 270). O que aconteceu foi isto: maciços projetos de construção conduzidos pelo governo militar brasileiro nos anos 1970 forneceram oportunidades para algumas das maiores e mais bem organizadas empresas do país, como a Andrade Gutierrez e a Camargo Corrêa, emergirem como atores de proa na América Latina e estenderem suas operações a outros países do continente nos anos 1980 e 1990. Isso, por sua vez, havia pavimentado o caminho para a exportação de serviços de *software* porque, sem a infusão de tais serviços, os grandes projetos de construção não podiam ser geridos e implantados com eficiência. Com base nisso, empresas brasileiras de outros setores, como a TV Globo na mídia, o Banco Itaú em serviços financeiros, a Embraer em aeronáutica e a Gol Linhas Aéreas em transporte, emergiram como grandes exportadoras de serviços intensivos em tecnologia.

O principal dinamismo na Índia foi a migração de grande número de engenheiros com formação de boa qualidade, treinados nos Institutos Indianos de Tecnologia, rumo ao vale do Silício e alhures nos Estados Unidos, onde se estabeleceram nos anos 1980 e 1990. Segundo uma estimativa, os indianos representavam 24% de todos os profissionais de TI trabalhando no vale do Silício em 1999, e os engenheiros indianos possuíam 972 empresas de

tecnologia sediadas naquela área; os indianos possuíam e/ou dirigiam 3% de todas as empresas de tecnologia nos Estados Unidos criadas entre 1980 e 1983. Entre as empresas de tecnologia abertas nos Estados Unidos de 1995 a 2000, 10% vieram a ser de propriedade e/ou chefiadas por indianos (MATHUR, 2007). Um bom número desses indianos retornou mais tarde à Índia e ajudou a montar um novo vale do Silício em Bangalore e outros centros de TI substanciais em Puna, Hyderabad, Noida e em vários outros locais, deflagrando a poderosa revolução do *software* indiano.

5.2. Como Brasil e Índia comercializam seus serviços com o resto do mundo?

Em 2011, o volume de comércio indiano de serviços era muito superior ao do Brasil; suas exportações para o mundo foram 3,5 vezes maiores, embora as importações tenham sido apenas 10% maiores. As exportações da Índia foram superiores às do Brasil em todas as categorias de serviços. A Índia desfrutou um superávit de quase 49 bilhões de dólares, ao passo que o Brasil suportou um déficit de quase 39 bilhões de dólares. A Índia possui um maciço superávit comercial de 53 bilhões de dólares no setor de CC e superávits comerciais menores nos setores de turismo, transporte, seguros e comunicação. Sua balança comercial foi negativa nos setores de serviços profissionais, técnicos, financeiros e outros. O comércio indiano de exportação de serviços foi muito maior que o do Brasil em todos os setores. Os dois subsectores de tecnologia intensiva no âmbito da exportação de serviços, a saber, o de CC (geralmente chamado de serviços de *software*) e o de técnicos e profissionais, são sensivelmente maiores na Índia que no Brasil. Eles também compreendem componentes do total indiano de exportação de serviços, maior que o do Brasil. Comparadas com as da Índia (2,2 bilhões de dólares), as exportações de CC do Brasil (236 milhões de dólares) são minúsculas. A distância entre os dois países em serviços técnicos e profissionais é menor, porém as exportações indianas de tais serviços são, ainda assim, 31% maiores que as brasileiras (ver Quadros 6, 7 e 8).

O Brasil, entretanto, mostrou um maciço superávit de 10,7 bilhões de dólares no setor de serviços técnicos e profissionais, o que contrastou agudamente com o déficit da Índia, de 3,7 bilhões de dólares. O Brasil mostrou ainda um superávit menor, de 883 milhões de dólares, no comércio de serviços financeiros, em contraste com o déficit da Índia, de 975 milhões de dólares, e um superávit muito menor no comércio de serviços de comunicação. A Índia acusou enormes déficits em todos os demais setores de comércio de serviços.

Quadro 7 – Comércio internacional de serviços: Brasil e Índia, 2011

SERVIÇOS	Brasil			Índia		
	Exportações	Importações	Balanco	Exportações	Importações	Balanco
Turismo	6,775	21,234	-14,459	15,275	11,108	4,167
Transporte	5,819	14,154	-8,335	14,271	13,88	391
Seguro	505	1,717	-1,212	1,948	1,4	540
CIT¹	236	4,036	-3,8	55,46	2,194	53,265
BPT²	18,296	7,629	10,667	24,05	27,765	-3,715
Financeiros	2,662	1,779	883	6,508	7,483	-975
Comunicação	320	204	116	1,562	1,152	410
Outros	3,821	25,573	-21,752	13,806	19,082	-5,276
Total	38,434	76,326	-37,892	132,88	84,064	48,816

1. Serviços de tecnologia de informática e da informação. Os dados da Índia exibem-nos como serviços de *software*.

2. Serviços comerciais, profissionais e técnicos.

Fontes: Reserve Bank of India, balança de pagamentos; e Banco Central do Brasil, balança de pagamentos.

Quadro 8 – Compartilhamento de diferentes categorias de serviços no comércio internacional de serviços: Brasil e Índia, 2011

SERVIÇOS	Brasil		Índia	
	Participações nas categorias de serviços em exportações	Participações nas categorias de serviços em importações	Participações nas categorias de serviços em exportações	Participações nas categorias de serviços em importações
Turismo	17,63	27,82	11,5	13,21
Transporte	15,14	18,54	10,74	16,51
Seguro	1,31	2,25	1,47	1,67
CIT¹	0,61	5,29	41,74	2,61
BPT²	47,6	10	18,1	33,03
Financeiros	6,93	2,33	4,9	8,9
Comunicação	0,83	0,27	1,18	1,37
Outros	9,94	33,5	10,39	22,7
Total	100	100	10	100

1. Serviços de tecnologia de informática e da informação. Os dados da Índia exibem-nos como serviços de *software*.

2. Serviços comerciais, profissionais e técnicos.

Fontes: Reserve Bank of India, balança de pagamentos; e Banco Central do Brasil, balança de pagamentos.

Quadro 9 – Crescimento na exportação de categorias seletas de serviços: Brasil, 2005-12 (milhões de dólares)

SERVIÇOS	2005	2011	Taxa anual composta de crescimento
Turismo	3,139	6,775	13,7
Transporte	3,861	5,819	7,1
Seguro	134	505	24,7
CIT ¹	88	236	17,9
BPT ²	6,038	18,296	20,3
Financeiros	507	2,662	31,8
Comunicação	239	320	5
Outros	2,041	3,821	8,23
Total	16,047	38,434	15,6

1. Serviços de tecnologia de informática e da informação. Os dados da Índia exibem-nos como serviços de *software*.

2. Serviços comerciais, profissionais e técnicos.

Fontes: Reserve Bank of India, balança de pagamentos; e Banco Central do Brasil, balança de pagamentos.

Quadro 10 – Crescimento na exportação de categorias seletas de serviços: Índia, 2005-12 (milhões de dólares)

SERVIÇOS	2005	2011	Taxa anual composta de crescimento
Turismo	6666	15275	14,8
Transporte	4683	14271	20,4
Seguros	870	1948	14,4
CIT ¹	17700	55460	21
BPT ²	5167	24050	29,2
Financeiros	512	6508	52,8
Comunicação	1,384	1,562	2
Outros	6,267	13,806	14,1
Total	43,249	132,88	20,6

1. Serviços de tecnologia de informática e da informação. Os dados da Índia exibem-nos como serviços de *software*.

2. Serviços comerciais, profissionais e técnicos.

Fontes: Reserve Bank of India, balança de pagamentos; e Banco Central do Brasil, balança de pagamentos.

5.3. Forças relativas e áreas de complementaridades

Nos últimos anos (entre 2005 e 2011), as exportações de serviços da Índia para o mundo vêm crescendo a uma taxa anual composta muito mais alta que a do Brasil. A Índia tem demonstrado uma vantagem sustentada em taxas de crescimento em diversos setores, exceto serviços de seguro e comunicação. Tanto a Índia como o Brasil vêm registrando fenomenais taxas compostas de crescimento anual (*compound annual growth rates – CAGR*) de 53% e 32% respectivamente durante este período. Os bancos brasileiros aumentaram rapidamente suas operações na Europa ocidental, nos EUA e na América Latina, e os bancos indianos expandiram sua presença na Europa ocidental, EUA e Ásia.

O State Bank of India abriu uma filial em São Paulo em 2011. Tanto o Brasil como a Índia têm demonstrado saudáveis CAGRs em seus setores comerciais de informática e tecnologia; o Brasil também no setor de serviços de seguros (ver Quadro 10).

O estudo de Moreira (citado acima) também mostra que, ao longo dos últimos 20 anos, a Índia emergiu como líder mundial na exportação de serviços de tecnologia de informática e da informação (CC). Em 2007, o valor dessas exportações era 31 bilhões de dólares, muito superior ao do segundo colocado, a Irlanda, cujas exportações de tais serviços eram avaliadas em 26 bilhões de dólares. A posição da China (incluindo Hong Kong) era a décima, com um valor de exportações de 6,7 bilhões de dólares; a posição do Brasil era a 41ª, com um valor de exportações de apenas 0,16 bilhão de dólares. O percentual indiano das exportações globais desse serviço era 24%; o do Brasil, apenas 0,12%. Na exportação global de outros negócios, serviços profissionais e técnicos, a posição da Índia foi muito menos importante; sua posição foi a 16ª, e seu valor de exportações foi de 17 bilhões de dólares, muito atrás da China, na quarta posição e com um valor de exportações equivalente a 70 bilhões de dólares. O Brasil se classificava em 21ª, e seu valor de exportações era de 11 bilhões de dólares.

Em 2007, a Índia havia também alcançado uma profunda penetração nos mercados americanos desses dois serviços. Ela ocupava a 1ª posição nas compras internacionais de CC por parte dos EUA e a 7ª posição em compras internacionais de outros serviços técnicos e profissionais. As fatias do mercado indiano de suprimento destes dois serviços para os EUA eram de 29% e 4,5% respectivamente. As posições correspondentes do Brasil eram a 18ª e a 9ª, e suas fatias de mercado, de 1% e 3,2% respectivamente (ver Quadro 10).

O Brasil é a economia dominante na América Latina, porém mesmo aí sua posição nas exportações globais de tais serviços está longe de ser dominante. Na exportação de serviços de CC, ele fica atrás de México, Costa Rica e Argentina. Com relação às exportações de serviços técnicos e profissionais, fica atrás do México. Quanto à penetração de mercado em tais serviços, os EUA ocupam o primeiro lugar no continente, mas no que diz respeito a serviços de CC, ficam bem atrás do México.

Quadro 11 – Exportação de serviços em tecnologia de informática e da informação (CC) e comércio profissional e técnico (CPT) na Índia, na China e no Brasil em 2007

	Exportação global de serviços de CC, US\$ bilhões	Exportação global de serviços de CPT, US\$ bilhões	Compras internacionais dos EUA de serviços referentes a CC, US\$ milhões	Compras internacionais dos EUA de serviços de CPT, US\$ milhões
Índia	31	17	4,07	2,153
China	4,3	40	543	1,121
Brasil	0,16	11	137	1,531
Total global	130,69	779,9	13,917	47,7

Fontes: FMI-BOP e Reserve Bank of India.

Moreira, mais adiante, discrimina as exportações de serviços de comércio técnico e profissional para os Estados Unidos por parte de um conjunto de cinco países, em nove serviços diferenciados. Ele mostra que a Índia e o Brasil se especializam em diferentes modalidades de serviços. As exportações de comércio técnico e profissional da Índia estão concentradas sobretudo em serviços de “gestão, consultoria e relações públicas” e de “testes de P&D [pesquisa e desenvolvimento]” (mais de 80% do grupo abreviado acima como CPT), modalidades encaradas como mais intensivas de tecnologias de ponta e habilidades do que as demais no grupo. A especialização do Brasil, por outro lado, está concentrada em “instalação, manutenção e reparo de equipamentos” (mais de 60% do grupo que chamamos de CPT).

Os dados acima pareceriam indicar que o Brasil e a Índia teriam muito a ganhar se decidissem colaborar e não competir um com o outro no campo da exportação de serviços, particularmente aqueles intensivos em tecnologia. Em vez de concentrarem suas exportações de serviços para os mercados americano e europeu ocidental, os dois países poderiam começar a pensar na possibilidade de direcionar algumas daquelas exportações para os respectivos mercados crescentes. A Índia pode extrair grandes benefícios da importação de serviços e IED brasileiros em áreas como transporte; comunicação; segmento “instalação, manutenção e reparo de equipamentos” de serviços técnicos e profissionais, particularmente aqueles ligados à exploração de petróleo e gás em águas profundas, aos setores aeronáutico e de biocombustíveis, nos quais a Índia emergiu como um líder global. O Brasil, por outro lado, pode beneficiar-se aumentando as importações de serviços de CC, de “gestão, consultoria e relações públicas”, de “testes de P&D”, de segmentos profissionais e de serviços técnicos específicos das indústrias farmacêutica, aeroespacial, automotiva, metalúrgica e de defesa, nos quais as empresas indianas vêm estabelecendo uma presença e um reconhecimento globais.

Uma palavra de cautela é necessária aqui. A liderança global da Índia em exportações de *software* ou CC, sobretudo para os países mais ricos, pode não ser necessariamente uma coisa boa para a Índia ou para o Brasil. Costa Lima e Saha já argumentavam assim em 2006:

Contudo, o fato de mais de 90% do *software* produzido na Índia ser exportado e quase todo o *software* produzido no Brasil ser absorvido no mercado interno pode ser visto, em termos estratégicos, como uma fraqueza deste último país. Significa que a Índia está enfraquecendo sua própria vantagem competitiva em suas diversificadas exportações de manufaturas e ajudando o aumento da produtividade nos serviços de tecnologia intensiva e nos serviços de seus rivais, enquanto a base produtiva de sua própria economia permanece tecnologicamente atrasada. (COSTA LIMA & SAHA, 2006, p. 67).

Os dois países podem alcançar um multiplicador de forças se colaborarem na produção, na alocação e no desenvolvimento de *software* ao aperfeiçoar as vantagens competitivas nos setores-chave de suas próprias economias em vez de repassarem-nas para ricos países rivais.

5.4. Comércio bilateral e IED em serviços: alguma evidência fragmentária

Ainda não dispomos de uma fonte de dados sistêmicos focando a extensão e o conteúdo de comércio bilateral e fluxos de IED em serviços entre Brasil e Índia para consulta imediata, mas existe bastante informação em nível de empresas para chegar à conclusão bem informada de que as empresas indianas de TI começaram um esforço sustentado no final da década de 1990 para estabelecer atividades comerciais no Brasil e noutros países latino-americanos. A principal atração da América Latina para empresas indianas era a grande população latino-americana relativamente próspera nos Estados Unidos e a relativa vantagem de fazer negócios com elas a partir de uma base latino-americana em vez de diretamente da Índia. As empresas que assumiram a liderança nisso foram a Tata Consultancy Services (TCS), a Wipro e a Infosys.

A TCS começou suas atividades no Brasil em 2002. Atualmente emprega 1.300 profissionais no Brasil e opera dois centros de entrega global em Barueri, perto de São Paulo e em Brasília. A partir desses dois centros, oferece uma ampla gama de serviços de TI e comerciais entre os quais figuram desenvolvimento e manutenção de aplicativos, terceirização de TI, produção de *software*, implementação e integração de sistemas integrados de gestão empresarial (Sige ou SIG), fábrica de testes, consultoria de TI e terceirização de processos comerciais (*business process outsourcing*, BPO). E vende esses serviços a um grande número de empresas sediadas nos EUA e no Brasil, inclusive o grupo Santander, Oi-Brasil Telecom, Cummins, Eaton, Goodyear, grupo Oesp, Motorola, Vale e Xerox (TCS, 2012).

A primeira base da TCS na América Latina foi no Uruguai, tendo começado também em 2002. A TCS começou então a operar no Chile e no Brasil no mesmo ano, na Argentina em 2005, na Colômbia em 2006 e no Equador em 2007.

A Wipro estabeleceu suas operações em Monterrey, Nuevo León, México, em 2007, para serviços de manutenção e testes de *software* para uma fábrica de semicondutores de propriedade americana localizada no México. Inaugurou um centro de entrega global em Curitiba (PR) em março de 2010, que veio a ser registrado como Wipro do Brasil. A partir dessa base, a Wipro entrega serviços de informática e de tecnologia para Estados Unidos, Espanha, Portugal e América Latina.

Em maio de 2011, a Wipro adquiriu uma fração majoritária da R.K.M. Equipamentos Hidráulicos Ltda., sediada em Piracicaba (SP), criando assim uma base para integrar seus serviços de TI à fabricação de cilindros hidráulicos no país (Wipro, 2011).

A Infosys Tecnologia do Brasil Ltda. surgiu em 2009 e vem a ser uma subsidiária integral da Infosys Technologies Ltd., Índia. Sediada em Nova Lima (MG), fornece serviços e consultoria em tecnologia de informação a uma ampla gama de empresas no Brasil e na América Latina.

Nos últimos anos, a Índia parece ter iniciado o processo de aproximação com os mercados brasileiro e latino-americano em escala muito superior à que o Brasil vem praticando nos mercados da Índia, do sul asiático ou do sudeste asiático. Nesta seção, examinei as forças relativas de Brasil e Índia no comércio internacional de serviços e, mais adiante, a natureza e a força da penetração indiana no mercado brasileiro.

Poetas, músicos, romancistas, desportistas e cineastas, entre outros, deverão também envidar esforços para construir uma relação especial entre as duas culturas, tão diferentes e, no entanto, tão parecidas.

6. A questão da cultura

É importante lembrar que relações especiais não são feitas somente por comércio e IED. A cultura precisa entrar nessa equação. À medida que a elite brasileira começa a valorizar sua identidade mista, montada com base em suas ancestralidades indígena, africana e europeia, em vez de se ver unicamente como um espelho da Europa, ela começa a apreciar um pouco mais uma outra civilização mista, de cinco milênios e com muitas castas, religiões e cores de pele, a 8 mil quilômetros de distância, dois oceanos mais longe. O que é também muito positivo é que o Brasil e a Índia não carregam nas costas uma bagagem colonial com referência um ao outro, tal como cada um

deles carrega com referência à Europa. Isso pode ser extremamente liberador ao projetar um novo curso para a criação de uma nova história futura.

A telenovela *Caminho das Índias*, escrita pela brasileira Glória Maria Rebelo Ferrante Perez e veiculada pela Rede Globo de 19 de janeiro a 11 de setembro de 2009 em seis episódios de uma hora por semana, retransmitida pelo Canal Futura de 5 de outubro de 2010 a 11 de setembro de 2011, foi um esforço pioneiro para exibir ao povo brasileiro a cultura e a realidade social indianas. Ela realmente instigou a imaginação dos brasileiros em torno da Índia, e em grande estilo. Cada episódio foi assistido por uma plateia nacional oscilando entre 36 milhões e 45 milhões de espectadores. Em sua trilha sonora, uma das canções principais, de Raul Seixas e Paulo Coelho, oferece a seguinte homenagem à antiga mas ainda vibrante civilização indiana: “Eu nasci há dez mil anos atrás/ E não tem nada nesse mundo/ Que eu não saiba demais”.

Quando comparamos *Caminho das Índias* ao romance *Passagem para a Índia*, de E. M. Foster, que virou longa-metragem, começamos e a ver quão diferente pode ser o encontro de duas culturas. Enquanto *Passagem para a Índia* retratava o encontro das culturas indiana e britânica como uma história de dominação e opressão cultural, *Caminho das Índias* conta uma história humana de duas culturas que se encontram em pé de igualdade e buscam entender-se e chegar a bom termo quanto às respectivas contradições, narrada numa intrigante sequência de relações humanas normais, a saber, amor, sedução e traição. Aí está a diferença, quando culturas se reúnem sem que uma bagagem de história colonial opressora as rebaixe.

Os indianos estão também dando pequenos passos na tentativa de conhecer melhor o Brasil. As proezas futebolísticas brasileiras são hoje públicas e notórias na Índia; e está se tornando corriqueiro ver indianos torcerem pelo escrete brasileiro e brandirem bandeiras do Brasil durante partidas de futebol. O principal clube de futebol da Índia, o Mohan Bagan, contratou um brasileiro, Carlos Roberto Pereira da Silva, como técnico, e outro brasileiro, Douglas da Silva, como craque meio-campista.

7. Conclusão

As descobertas deste trabalho indicam que os padrões comerciais estabelecidos entre Brasil, Índia e o resto do mundo, especialmente nas configurações dos pacotes de produtos nesse comércio, fornecem amplas complementaridades de interesses e de força competitiva entre eles. Oferecem espaço para construir, explorar criativamente e fomentar colaborações mutuamente benéficas, das quais carecem. São duas grandes economias cujo peso é notável em nível

global. O traçado criativo e imaginativo de um relacionamento estratégico entre elas deverá permitir que contestem efetivamente o espaço ora dominado por Estados Unidos e seus aliados da Europa ocidental com resultados devastadores para todos, inclusive para os seus próprios “99%”. Os recentes levantes de rua na Grécia e na Espanha e o movimento Occupy Wall Street são alguns dos indícios de como, mesmo no privilegiado norte, o povo pode reagir aos efeitos debilitadores de uma ordem mundial obsoleta.

Identifiquei algumas das áreas onde as atuais estruturas de comércio em bens e serviços e em padrões de IEDs que entram e que saem entre os dois países, nas quais a colaboração mutuamente benéfica é não só possível mas também imperativa. Tenho certeza de que um maior número de tais áreas pode ser explorado e fomentado, através de pesquisas mais detalhadas e proativas. Não aproveitar tais oportunidades não só será irresponsável como representará uma traição aos próprios interesses nacionais e às aspirações populares de ambos os povos para se livrarem do crivo das forças predadoras do capitalismo contemporâneo, que mantém a maioria deles numa pobreza cada vez pior. Neste mundo de rápidas mudanças, as janelas de oportunidades não permanecem abertas para sempre.

Também acentuei o papel-chave que a cultura precisa desempenhar, caso se construa uma relação especial. Isso não é dito em tom de nota ao pé da página, mas sim como uma obrigação crucial sem a qual os blocos de construção não conseguirão se manter juntos.

Talvez não seja possível para um Botsuana ou mesmo uma Malásia contestar o atual espaço de capitalismo neoliberal para assegurar um negócio melhor e mais justo para aqueles povos, mesmo que se presuma a improbabilidade de que suas elites queiram fazer tal esforço em primeiro lugar. Mas Brasil e Índia podem e devem. E, se se derem as mãos nisso, a soma de seus esforços será certamente maior do que aquilo que cada um deles pode fazer individualmente.

Por último, as elites e os intelectuais dos dois países precisam preocupar-se um pouco mais e se indignar efetivamente mais com as grotescas desigualdades que prevalecem em suas sociedades. Apesar de esforços sérios feitos pelos dois governos Lula para abordar o problema, no Brasil a magnitude das desigualdades sociais é ainda muito maior que a dos países da Europa ocidental. Paradoxalmente, é ainda maior que na Índia, embora a pobreza das massas indianas mais carentes seja provavelmente mais prejudicial por constituir o nível médio de renda e o consumo material, ali, ser muito inferior ao do Brasil.

A Índia emergiu como um importante exportador de alimentos e montou enormes estoques de arroz e trigo, em função da segurança alimentar. Ainda hoje, segundo dados do Banco Mundial publicados em 2011, 48% de suas crianças são raquíticas por causa de severa má nutrição. A estatística

para o Brasil é de 7,1%, o que também não deve ser encarado como aceitável. Ao contrário do Brasil, os sucessivos governos indianos, inclusive os governos esquerdistas de Bengala Ocidental, têm feito muito pouco a respeito desse escandaloso problema da má nutrição infantil. Seria de esperar um pouco mais de indignação a esse propósito, ao menos no seio da comunidade intelectual dentro e fora da Índia, mas isso não aconteceu.

O ataque à pobreza e a desigualdades sociais profundamente enraizadas deverá ser o espírito-guia em uma relação especial entre os dois países do hemisfério Sul. O que não queremos é uma repetição daquelas relações especiais do Atlântico Norte, traçadas segundo a intenção de dominar o mundo, que agora oprimem os próprios povos.

§

Referências bibliográficas

- BACHA, Edmar L. “O Rei da Belíndia: uma fábula para tecnocratas”, *Bacha Collection*. Rio de Janeiro: Iepe/ Casa das Garças, 1974, pp. 57-61. Arquivo PDF disponível no site do Instituto de Estudos de Política Econômica, <http://iepecdg.com.br/Arquivos/ArtigosBacha/Bel%EDndia.pdf>, acessado em 29 de março de 2012.
- BEATTIE, Alan. “Bush holds White House talks on Doha as US accused of blocking deal”. *Financial Times*, 11 de julho de 2006.
- BUCKLEY, Chris. “Much-trumpeted Bric summit ends quietly”. Reuters, 17 de junho de 2009. Disponível em <http://in.reuters.com/article/2009/06/17/idINIndia-40397420090617>, acessado em 19 de março de 2012.
- COSTA LIMA, Marcos Ferreira; SAHA, Suranjit Kumar. “Elementos para a construção de uma cooperação Brasil-Índia: inovação tecnológica e comércio internacional”. *Carta Internacional*, vol. 1, nº 1, 2006, pp. 52-68.
- DASGUPTA, Saibal. “Copenhagen conference: India, China plan joint exit”. *Times of India*, 28 de novembro de 2009. Disponível em http://articles.timesofindia.indiatimes.com/2009-11-28/india/28074806_1_rich-nations-india-and-china-copenhagen-conference, acessado em 16 de março de 2012.
- EICHENGREEN, Barry; GUPTA, Poonam. “Services Sector Growth: India’s Road to Economic Growth” *Icrier Working Paper* 249. Nova Délhi: Indian Council for Research on International Economic Relations, 2010.
- FILGER, Sheldon. “Bric Summit Sees End of Dominance of U.S. Dollar”. *Huffington Post*, 17 de junho de 2009. Disponível em http://www.huffingtonpost.com/sheldon-filger/bric-summit-sees-end-of-d_b_216463.html, acessado em 19 de março de 2012.
- FOOK, Lye Liang; YANG, Zhang. “China in the Brics: Pursuing Closer Cooperation, Not Hegemony”. *East Asian Policy*, vol. 2, nº 4, 2011, pp. 58-70.
- FORD, Liz. “Kiribati climate change conference calls for urgent cash and action”. *Guardian*, 16 de novembro de 2010. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/global-development/2010/nov/16/kiribati-climate-change-conference-declaration>, acessado em 16 de março de 2012.
- GERDAU Media Center. “Gerdau and Kalyani form a joint venture in India”. *Gerdau Media Center News*, 22 de junho de 2007. Disponível em <http://www.gerdau.com.br/media-center/noticias.aspx?language=en-US&Codigo=a40c11a8-c890-48dd-80a8-12f3d0275a88>.
- GOSWAMI, Arti Grover; MATTOO, Aaditya; SÁEZ, Sebastián. “Exporting Services: Are the Drivers Different for Developing Countries”. In: GOSWAMI, Arti Grover; MATTOO, Aaditya; SÁEZ, Sebastián (eds.). *Exporting Services: A developing Country Perspective*. Washington: International Bank for Reconstruction and Development, 2012, pp. 25-80.
- GYUSE, Terna. “Ibsa Opposes Measures Against Syria”. Inter-Press Service, 22 de agosto de 2011. Disponível em <http://ips-news.net/news.asp?idnews=104851>, acessado em 16 de março de 2012.
- INSTITUTO Cidadania. “Um Outro Brasil É Possível”, parágrafo 10 da seção 1 e parágrafo 1 da seção 2. *PT Campaign Documents for the 2002 Elections*, 2001. Disponível em <http://www.lula.org.br/obrasil/documentos.asp>, acessado em 11 de março de 2012.
- JING, Li. “China rejects ‘invasive’ ICA on climate change”. *China Daily*, 6 de outubro de 2010. Disponível em http://www.chinadaily.com.cn/china/2010-10/06/content_11380607.htm, acessado em 16 de março de 2012.
- MARCHYSHYN, Maria. “Brics Leaders: Conclusions on Financial Crises, 2009-2011”, *Brics Information Centre*, 21 de outubro de 2011. Disponível em <http://www.brics.utoronto.ca/conclusions/fin-crisis-111021.pdf>, acessado em 19 de março de 2012.
- MARCONINI, Mário. “Underlying Lessons: Service Exports from Brazil”. In: GOSWAMI, Arti Grover; MATTOO, Aaditya; SÁEZ, Sebastián (eds.). *Exporting Services: A developing Country Perspective*. Washington: International Bank for Reconstruction and Development, 2012, pp. 269-308.
- MATHUR, Somesh Kumar. “Indian IT Industry: A Performance Analysis and a Model for Possible Adoption”. MPRA Paper 2368. Munique: Biblioteca da Universidade de Munique, 2007.
- MOREIRA, Mauricio Mesquita. *India: Latin America’s Next Big Thing? Special Report on Integration and Trade*. Nova York: Inter-American Bank, 2010.
- NOGUEIRA, Saulo; NASSAR, André. “Dynamics of the Agri-Food Sector in India and Mercosur: differences, trends and potential complementarities”. *Background paper* preparado para o relatório do IADB *India: Latin America’s Next Big Thing?*, Nova York: Inter-American Development Bank, 2007.
- O’NEILL, Jim. “Building Better Global Economic Brics”. *Global Economics Paper* nº 66. Londres: Goldman Sachs Economic Research Group, 2001.
- _____. *BRICS and Beyond*. Nova York: Goldman Sachs Economic Research Group, 2007.
- ONGC Videsh. *Information on ONGC Videsh Limited*. Nova Délhi: Oil and Natural Gas Commission of India Videsh, 2011, pp. 1-21. Disponível em http://www.ongcindia.com/OVL%5COVL_Information_Aug_2011.pdf.
- PARTIDO dos Trabalhadores. “Carta ao povo brasileiro”, parágrafo 21. *PT Campaign Documents for the 2002 Elections*, 2002. Disponível em <http://www.lula.org.br/obrasil/documentos.asp>, acessado em 11 de março de 2012.
- REUTERS. “Text-Communique from Bric summit in Brasília”. *Brasília Summit Communique*, parágrafos 2 e 11. Disponível em <http://www.reuters.com/article/2010/04/16/brics-statement-idUSN1513243520100416>, acessado em 19 de março de 2012.
- SARRES, Carolina. “Brasil discute Rio+20 com Índia, China e África do Sul”. *Folha on-line*, 25 de agosto de 2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/965486-brasil-discute-rio20-com-india-china-e-africa-do-sul.shtml>.
- SINGH, Someshwar. “Focus: Assessing Doha Round Progress”. *South Bulletin*, nº 123. Genebra: South Centre, pp. 1-10.
- TATA Steel. “Hands on local logistics management in Brazil”, 2009. Disponível em http://www.tatasteelinternational.com/en/news/tupi_brazil_project.
- TCS – Tata Consultancy Services. “Experience and Certainty: Brazil”, 2012. Disponível em http://www.tcs.com/worldwide/s_america/locations/brazil/Pages/default.aspx, acessado em 2 de abril de 2012.
- THIRD World Network. “Basic ministers outline priorities for success in Durban”. *TWN Info Service on Climate Change*, 4 de novembro de 2011. Disponível em <http://www.twn-side.org.sg/title2/climate/info.service/2011/climate20111101.htm>.

UNCTAD. *World Investment Reports*. Nova York: Conferências das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, 2011 e anos anteriores.

WILSON, Dominic; PURUSHOTHAMAN, Roopa. "Dreaming with Brics: The Path to 2050". *Global Economic Paper*, nº 99. Nova York: Goldman Sachs Economic Research Group, 2003.

WILSON, Dominic; PURUSHOTHAMAN, Roopa; FIOTAKIS, Themistokolis. "The BRICS and Global Markets: Crude, Cars and Capital". *Global Economic Paper*, nº 118. Nova York: Goldman Sachs Economic Research Group, 2004, mimeografado.

WIPRO. "Possibilitar que os clientes na América Latina façam negócios de uma forma melhor", 2012. Disponível em <http://www.wipro.com/latinamerica/portuguese/>, acessado em 2 de abril de 2012.